

HIRATA, Helena *et al.* (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009 (324 p.).

Márcio Ferreira de Souza

Da invisibilidade das mulheres, no campo das ciências sociais, ao longo de mais de um século, a partir de sua institucionalização, até o presente momento, no qual as teorias feministas e as teorias de gênero se afirmaram, ainda há muito que se refletir. Se as teorias feministas se posicionaram como um sistema de ideias geral que passa a ter um grande alcance sobre a vida social e também sobre a experiência de homens e mulheres a partir da perspectiva centrada nas mulheres - estas entendidas não apenas como objeto de investigação, mas como sujeitos centrais no processo de conhecimento -, cabe ressaltar principalmente que este campo teórico-investigativo se processou caracterizando-se pelo viés crítico e ativista voltado para a produção de um mundo melhor e mais justo não somente para as mulheres, mas também para os homens e crianças, independentes de raça, classe ou quaisquer outras variáveis que possam apontar para as diversas formas de desigualdade social.

A grande característica das teorias feministas em relação às teorias sociológicas clássicas e contemporâneas pode ser identificada sob a perspectiva de que tratam de abordagens que se valem do aspecto multidisciplinar, num diálogo mais intenso com uma gama de ramificações encontradas no universo científico. Basta direcionar o olhar para os já incontáveis congressos que são realizados pelo mundo afora. O mesmo vale dizer em relação às publicações de periódicos feministas, do Brasil e do mundo.

A edição brasileira do *Dicionário Crítico do Feminismo*, publicado originalmente na França em 2000 e

* Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professor Adjunto do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. Email: marcfs@uol.com.br. Recebido em 15/05/2011. Aprovado em 10/06/2011.

organizado pelas experientes pesquisadoras, Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier, é muito bem vinda porque vem somar qualitativamente às publicações, no Brasil, voltadas para a perspectiva feminista. A edição brasileira é composta por 48 verbetes sendo, pois, acrescentados dois verbetes em relação à edição original: “Emprego”, de autoria de Margaret Maruani e “Lesbianismo”, escrito por Jules-France Falquet. Tal publicação não se trata de uma mera listagem de apresentação de termos e de seus significados, mas resultou em um trabalho mais complexo pelo fato de se lançar ao desafio de um posicionamento como obra crítica honrando a epígrafe do prefácio à edição francesa, extraída de Diderot: “a característica que deve ter um bom dicionário é a de mudar a forma comum de pensar”.

É a partir deste mote que o objetivo do Dicionário Crítico de Feminismo se justifica. Tanto que, ao longo dos seus verbetes, iremos encontrar termos sobremaneira tão polêmicos que não podem ser reduzidos a uma dimensão unívoca, como no caso do verbete “Prostituição”, que é apresentado em dois momentos com o cuidado de não cair em posições antagônicas, sobretudo no que diz respeito às suas reivindicações, pendendo ora para sua abolição, ora para sua profissionalização. Mas este é apenas um aspecto polêmico. Em verdade não encontramos definições a que se possam ser reduzidas a um sentido unívoco. A título de exemplo podemos citar o verbete “Assédio Sexual”, escrito por Carme Alemany, no qual a autora aponta para a multiplicidade de suas definições, seja em países como a Alemanha e Áustria que dão ao termo uma acepção mais ampla, incluindo todas as alusões sexistas; ou a França, que por sua vez se atém a uma definição legal mais restrita.

Muitos outros exemplos poderiam ser aqui destacados, tomando como base outros termos tratados no Dicionário, mas esta resenha tem como objetivo abordar a publicação de maneira mais generalizada e não discutir individualmente cada verbete. Há que se ressaltar a excelente qualidade dos textos, visto que cada verbete tem uma autoria diferente, que se mantém da letra A até V (“violência” é o último na ordem da lista). Há um equilíbrio em termos qualitativos na construção dos textos, que respeitam a dimensão

histórica, os contextos, o processo de construção, as multiplicidades de olhares e tais textos se baseiam em farta e pertinente literatura.

Ainda que algumas discordâncias possam surgir com relação a determinadas apresentações – o que será natural, visto que é um trabalho composto por diferentes (e tantas) mãos –, talvez seja, por isso mesmo, possível compactuar com uma consciência similar à das organizadoras de que as perspectivas apresentadas nas discussões dos temas abordados não se tratam de afirmações e verdades absolutas. Este é um ponto que deve ser ressaltado porque está diretamente vinculado à motivação que orienta tal trabalho: a de se empenhar em abordagens múltiplas, diferenciadas e até mesmo contraditórias em alguns casos determinados.

Não se pode deixar de constatar de maneira efetiva, ao longo do processo de leitura deste Dicionário, a confluência de embates e ideias e a existência, enfim, de visões que possibilitam a quem o ler, a mudar sua forma de pensar. Se esse é o grande desafio, o intuito das organizadoras de tal volume pode ser considerado como tendo sido cumprido. A partir do próprio verbete “Sexo e gênero”, de autoria de Nicole-Claude Mathieu, um exemplo claro merece ser apontado neste sentido. A autora, atenta para as múltiplas análises da relação entre sexo e gênero, nos mais diversos campos de conhecimento, partindo de obras de autorias importantes como as de Friedrich Engels, Margaret Mead, Virginia Woolf e Simone de Beauvoir - quando ainda não se utilizava o termo “gênero”, mas sim a categoria “mulheres” -, que contribuíram significativamente para o debate que se consagraria na inserção da questão da construção social das diferenças entre os sexos no meio acadêmico. Mathieu ressalta, entretanto, ainda que sejam notórios os tantos avanços empreendidos, a marginalidade de tal questão nas Ciências Humanas, dada, segundo o seu olhar, “a invisibilidade ou o desprezo que ainda atingem os estudos feministas no mundo acadêmico, na França mais do que em outros países ocidentais” (p. 225). Aponta, porém, a autora supracitada, que “desde os anos 80, nota-se uma tendência nos escritos em inglês, feministas ou não (e mais recentemente, em francês) de um uso exclusivo do termo

gênero". A partir de tal constatação, Mathieu verifica uma série de problemas que tal tendência acarreta, debruçando-se sobre discussões acerca dos desvios da noção de gênero e de três debates centrais em torno das categorias de gênero e de sexo, dentre os quais destaca a "feminização" da linguagem, a "paridade" entre homens e mulheres na representação política e a contestação que os movimentos sociais têm procurado efetivar a respeito da preeminência da *diferença dos sexos* no domínio exclusivo da família.

O próprio verbete "Teorias da diferença dos sexos", escrito por Françoise Collin, é outro exemplo notório da diversidade de interpretações que emergem no contexto da construção das teorias feministas. Neste caso, surge a perspectiva universalista que tem como base a afirmação de que todos os seres humanos se equivalem, independentemente das diferenças relativas às características físicas, raciais, sexuais, de linguagem e outras tantas, resultando na argumentação de que "a diferença que caracteriza homens e mulheres é, então, em si mesma, insignificante; sua importância determinante e socialmente estruturante é um efeito de relações de poder" (p. 62). Por outro lado, desponta a perspectiva diferencialista, para cuja posição "há dois sexos" e o acesso à igualdade não é o acesso à identidade. Em outro contraponto, surge o pós-modernismo e, como parte de seu desenvolvimento ulterior, a teoria "queer". Uma das bases do pensamento pós-moderno se assenta na perspectiva de que "o sexo não pode ser substantificado: ele não é nem "um", nem "dois", mas sim um movimento de diferir que se traduz pelo vocábulo "diferença" ("*différance*")", no sentido atribuído por Derrida (p. 65). Trata-se da ideia de que o "feminismo", neste sentido, aparece como "extorsão à lógica binária das oposições, emergência de uma "verdade de terceiro gênero" que recusa a alternativa de exclusão "ou, ou", em prol da inclusão "e, e". Esse feminismo pode ser assumido indiferentemente por homens e mulheres, pois transcende a alternativa dual do *sex* e do *gender*" (p. 65). A teoria "*queer*", por sua vez, está vinculada à subversão das identidades sexuais e não se reduz apenas à reivindicação "de maneira dual o direito à homossexualidade em paralelo à heterossexualidade, mas de indicar a porosidade das fronteiras, como as

que separam *gays* e lésbicas” (p. 65). A autora deste verbete aponta, por fim as implicações políticas de tais posições teóricas, já que estas ultrapassam um caráter especulativo e orientam, por sua vez, as escolhas políticas. A discussão sobre as teorias da diferença dos sexos é outro exemplo da heterodoxia presente no universo da sexualidade que ultrapassam, segundo Collin, a “lógica dos opostos”, com o intuito de “responder aos desafios concretos e contingentes do avanço das mulheres” (p. 65).

Para além de tais verbetes supracitados, que busquei comentar mais a título de exemplos para expor a dimensão da complexidade com os quais os termos presentes no Dicionário são abordados, as leitoras e leitores encontrarão verbetes associados a temáticas gerais no campo das ciências humanas, referentes a questões políticas (“dominação”, “etnicidade e nação”, “movimentos feministas”, “movimentos sociais”, “patriarcado”, “poder”, “público/privado”, “sindicatos”, entre outros), da sexualidade (“aborto e contracepção”, “coexistência dos sexos”, “feminilidade/masculinidade/virilidade”, “lesbianismo”, e outros), da ciência (“linguagem científica”, “tecnologias da reprodução humana” e outros), do trabalho (“categorias socioprofissionais”, “divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”, “emprego”, “flexibilidade”, “ofício/profissão/bico”, “trabalho doméstico” e outros), dentre outras múltiplas e importantes questões (educação e socialização, religiões, migrações etc.). Percebe-se uma grande ênfase na categoria trabalho, o que é compreensível devido à forte inserção das autoras nesta temática e também dado ao fato da dimensão do trabalho ser uma categoria central que contribuiu para dar visibilidade às mulheres.

No prefácio à edição brasileira, Lucila Scavone chama atenção para dois tipos de entrada analítica: uma que parte da “análise dos fenômenos sociais gerais sob a perspectiva de gênero”, a partir da qual “dá-se visibilidade às relações de gênero e desconstrói-se a generalidade ofuscante das análises sociológicas deterministas” (p.10) e outra que “parte dos conceitos específicos, derivados ou reapropriados das e pelas experiências feministas e abordagens teóricas dos estudos de gênero” (p. 10). Esta observação é bastante reveladora no sentido de apontar com clareza para os

objetivos traçados pelas organizadoras na construção do Dicionário em questão.

Por fim, é importante destacar o cuidado da edição brasileira, que apresenta o prefácio à edição francesa, índice onomástico, índice remissivo e ao final de cada verbete são disponibilizadas palavras-chave que vinculam o verbete específico a outros com os quais o tema está associado. Todo esse cuidado facilita em muito a consulta realizada. Não é exagero afirmar que esta publicação, mesmo que tenha brotado das raízes francesas, dentro do contexto específico da luta feminista travada naquele país, merece ser destacada como obra de fundamental importância como referência para os estudos de gênero e das construções teóricas feministas. Trata-se, pois de obrigatória “leitura de cabeceira” para a/os estudiosa/os do gênero enquanto categoria de análise social a ser constantemente consultada.